

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

SUELY LIMA DA SILVA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Monografia submetida Coordenação do Curso de
Ciências Contábeis, como requisito parcial para
obtenção do Bacharel em Contabilidade, pela UFC.**

DEZEMBRO / 1994

FORTALEZA - CEARÁ

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários a obtenção de grau de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará.

A citação de qualquer texto desta Monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Monografia aprovada em 15 / 12 / 94

Profa. Denise Correia

Orientadora da Monografia

Profa. Graça Arrais

Coordenadora da Disciplina

Professor convidado à Banca Examinadora

Profa. Fatima Freire

Agradecimentos

A meus Pais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	05
2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	05
2.1. Conceito	05
2.2. Tipos	06
2.3. Normas de Elaboração	09
3. ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
3.1. Conceito	10
3.2. Estrutura do Balanço	10
3.3. Estrutura da Demonstração de resultado do Exercício	26
3.4. Estrutura da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos	31
3.5. Estrutura da demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	32
4. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	35
4.1. Conceito	35
4.2. Objetivos e Usuários da Análise Contábil	35
4.3. Elementos Básicos	36
4.4. Processos de Análise	36
5. CONCLUSÃO	43
BIBLIOGRAFIA	44

1. INTRODUÇÃO

A Contabilidade, na qualidade de metodologia especialmente concebida para registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, tem um campo de atuação muito amplo. Para isso, utiliza técnicas para atingir seus objetivos que são: O Planejamento e o Controle. O Planejamento é o processo de decidir que curso de ação deverá ser tomado para o futuro, e o Controle é o processo pelo qual a administração se certifica de que a organização está agindo de conformidade com os planos e políticas anteriormente traçados pela administração.

A escrituração é uma dessas técnicas e constitui-se no levantamento e registro dos fatos contábeis em livros apropriados. Esses fatos necessitam também serem apresentados, para isso eles são expostos de forma sintética ou analítica nas demonstrações contábeis. Essas demonstrações trazem informações que serão objeto de duas outras técnicas: a Auditoria, que irá confirmar a autenticidade e a confiabilidade das informações, e a Análise de Balanços, que irá interpretar os números ali expostos.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Conceito

Demonstrações contábeis são relatórios contábeis resultantes do Sistema Contábil de um ente qualquer, que retratam, resumida, e ordenadamente, as posições patrimonial, econômica e financeira deste ente em determinada data ou período.

2.2. Tipos

2.2.1. Balanço

O Balanço apresenta a situação financeira e patrimonial de uma empresa em determinada data, normalmente no fim do ano ou de período anteriormente determinado. Traduz uma posição estática da empresa e constitui-se de todos os elementos patrimoniais. É disposto da seguinte forma: de um lado a parte positiva, denominada Ativo, que é constituída pelos bens e direitos do patrimônio; e do outro lado a parte negativa, denominada Passivo, que se constitui das obrigações da empresa, e o Patrimônio Líquido, que se constitui pelos recursos próprios da empresa. A situação líquida, ou seja, o Patrimônio Líquido, é formada pela diferença entre o Ativo e o Passivo.

1. EQUAÇÃO CONTÁBIL

$$\text{ATIVO} - \text{PASSIVO} = \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}$$

2. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

PASSIVO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2.2.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

É um resumo ordenado das receitas e despesas de uma empresa em determinado período. É uma demonstração dinâmica e é exposta de forma dedutiva: toma-se as receitas e deduzem-se os seus custos, as despesas operacionais e não operacionais, a provisão para o imposto de renda e a participação nos lucros, para obter-se o lucro do exercício.

2.2.3. DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Evidência a destinação do Lucro Líquido para os proprietários, ou seja, a distribuição de dividendos e o reinvestimento na própria empresa.

Encerra-se a demonstração do resultado do exercício com a apuração do lucro líquido. Depois transporta-se o lucro líquido para a demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Essa demonstração objetiva informar aos acionistas o lucro líquido do exercício.

De acordo com a legislação societária, a demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados é obrigatória para empresas do tipo limitadas e outras. Ela registra a movimentação da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, estando portanto inserida na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, que a substitui para efeitos legais.

2.2.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Evidência a destinação e a formação de todas as reservas. Não é uma demonstração obrigatória pela Lei das S.A., mas sua publicação é exigida pela Companhia de Valores Mobiliários em substituição à Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados. Fornece toda a movimentação ocorrida no exercício em todas as contas do patrimônio líquido.

A demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido pode ser apresentada em Notas Explicativas às demonstrações Contábeis, desde que a empresa publique a demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, já que esta não estará sendo substituída.

2.2.5. DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Apresenta as alterações ocorridas no Capital Circulante, que é a diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, demonstra as origens e as aplicações dos recursos da empresa para evidenciar se as dívidas de curto prazo podem ser pagas com os recursos de curto prazo.

2.2.6. NOTAS EXPLICATIVAS

São informações complementares às demonstrações contábeis, representando parte integrante das mesmas. Objetivam ao melhor e mais completo esclarecimento das demonstrações contábeis. São apresentadas na forma descritiva ou na forma de quadros analíticos.

As notas podem ser usadas para descrever práticas contábeis utilizadas pela organização, para explicações adicionais sobre determinadas contas ou operações específicas, dentre outras. Sua obrigatoriedade é prevista na Lei das S.A., no artigo 176, o qual estabelece que " as demonstrações serão complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício".

2.3. NORMAS DE ELABORAÇÃO

A Lei das S.A.(lei 6404, de 15.12.76) traz normas importantes para a elaboração das demonstrações contábeis, tais como:

- regulamenta que as demonstrações contábeis das sociedades abertas sejam auditadas por auditores independentes e que sigam as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

- determina que nas demonstrações do exercício em que tenha havido alteração dos métodos contábeis, relevantes, deverão indicar as modificações em nota e explicar os seus efeitos.

- As contas semelhantes poderão ser agrupadas e pequenos saldos podem ser somados, desde que não ultrapasse 0,1 do valor do respectivo grupo.

- Veda a utilização de termos genéricos para contas ou grupos, tais como: "Diversos", "Diversas Contas" ou "Diversos a Pagar".

3. ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. Conceito

A estrutura das demonstrações contábeis apresenta os componentes fundamentais na constituição das peças contábeis e a maneira como devem ser dispostos, enfatizando uma apresentação ordenada e uniforme com o objetivo de possibilitar aos usuários uma análise da situação patrimonial e financeira da empresa.

3.2. Estrutura do Balanço

3.2.1. Disposição das Contas

A Lei das S.A., no artigo 178, regulamenta a apresentação das contas patrimoniais no Balanço. As contas do Ativo deverão estar dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez, ou seja, primeiro as contas com maior possibilidade e rapidez de se tornarem disponíveis. As contas do Passivo deverão estar dispostas de acordo com a prioridade de pagamento, ou seja, primeiro as contas com exigibilidade imediata.

3.2.2. Critérios de Avaliação do Ativo

CONTAS A RECEBER - valor dos títulos, deduzidos de provisão, para reduzi-los ao provável valor de realização.

VALORES MOBILIÁRIOS - (custo mais correção monetária e juros) ou (valor de mercado), o que for menor.

ESTOQUES - custo de aquisição/fabricação ou valor de mercado, o que for menor.

IMOBILIZADO - custo mais correção monetária, deduzido do saldo da respectiva depreciação, amortização ou exaustão. Em determinadas situações admite-se a reavaliação.

DIFERIDO - valor do capital aplicado, deduzido do saldo da respectiva amortização acumulada.

INVESTIMENTOS - custo mais correção monetária menos provisão para reconhecimento de perdas permanentes.

3.2.3. Critérios de Avaliação do Passivo e do Patrimônio Líquido

EXIGIBILIDADE - para obrigações sujeitas a correção monetária atualiza-se até a data do balanço pelo índice de correção oficial. Para obrigações em moeda estrangeira atualiza-se até a data do balanço pela taxa de câmbio.

RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS - pelo líquido entre receitas menos custos e despesas realizadas para obtenção destas receitas.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - corrigido monetariamente.

3.2.4. Classificação das Contas nos Grupos Patrimoniais

3.2.4.1. Ativo

Ativo Circulante

Registra os bens e direitos realizáveis da empresa, que são avaliáveis em dinheiro e que representam benefícios para a empresa, ou seja, são os recursos financeiros e materiais capazes de manter a atividade da empresa. É formado pelo Disponível, Direitos Realizáveis a Curto Prazo e Despesas Antecipadas.

DISPONÍVEL - são os recursos de utilização imediata. É formado pelo Caixa, Depósitos Bancários, Numerários em Trânsito ou Aplicações de Liquidez Imediata.

Caixa - representado por dinheiro e cheques em mãos, pagáveis irrestrita e imediatamente.

Depósitos Bancários - são as contas de livre movimentação mantidas em Bancos.

Numerários em Trânsito - são recursos monetários que se encontram em trânsito, como: pagamento de valores de clientes ou terceiros já enviados e ainda não recebidos pela empresa.

Aplicações de Liquidez Imediata - representam as aplicações de curtíssimo prazo, podendo ser resgatadas ou negociadas a qualquer momento.

Direitos Realizáveis a Curto Prazo - são direitos de disponibilidade não imediata, o prazo de realização é de até doze meses.

Investimentos Temporários - são aplicações efetuadas com recursos excedentes das disponibilidades da empresa. São basicamente títulos resgatáveis no curto prazo. Esses têm características diversas em relação à segurança, liquidez e rentabilidade que são definidos pela política financeira da empresa. Como exemplos temos: Letras de Câmbio, Letras do Tesouro Nacional, Aplicações Temporárias em Ouro e Fundos de Renda Fixa ou Variável. Os títulos sem prazo de resgate serão classificados nesse grupo de acordo com a intenção da empresa em resgata-los.

Contas a Receber - são os valores provenientes de vendas a prazo de serviços ou mercadorias inerentes às atividades da empresa. Neste grupo temos as contas: Duplicatas a Receber, que representa os créditos derivados da venda de mercadorias ou serviços, a principal atividade da empresa e Outros Créditos, formada pelas contas Títulos a Receber, Cheques em Cobrança, Dividendos a Receber, Depósitos Vinculados, Juros a Receber, Adiantamentos de Terceiros e Impostos a Recuperar.

A conta Duplicatas Descontadas é redutora da conta Duplicatas a Receber. Neste grupo é constituída a Provisão para Devedores Duvidosos que representa as possíveis perdas em virtude do não pagamento de duplicatas a receber.

Estoques - representa os bens adquiridos ou produzidos pela empresa para venda ou utilização nas suas atividades normais. Neste grupo temos as seguintes contas:

Produtos Acabados - são os produtos produzidos pela empresa, já concluídos e prontos para a venda.

Mercadorias para Revenda - são os produtos adquiridos pela empresa para revenda.

Produtos em Elaboração - são todos as matérias-primas requisitadas para o processo de produção e todos os custos relativos à produção.

Matérias-primas - são os materiais que serão transformados em produtos acabados, no processo produtivo.

Materiais de Embalagem e Acondicionamento - são os materiais usados na embalagem e acondicionamento dos produtos para transporte.

Materiais Auxiliares - são os materiais caracterizados pela difícil identificação física no produto e pela pouca relevância no custo de fabricação.

Manutenção e Suprimentos Gerais - são os materiais utilizados na conservação, conserto, pintura das máquinas e equipamentos.

Importações em Andamento - são os produtos importados e ainda não recebidos pela empresa.

Almoxarifado - são os materiais de consumo geral, tais como material de escritório.

Adiantamento a Fornecedores - são os valores pagos adiantado a fornecedores para aquisição de materiais para o processo produtivo ou de produtos para revenda.

Provisão para Redução ao Valor de Mercado - conta redutora que reduz o valor dos estoques a preço de mercado para atender a critérios de avaliação desse ativo.

Provisão para Perdas de Estoques - registra as perdas relativas a estoques morosos ou obsoletos.

Os estoques podem ser representados no Balanço pelo seu valor total, fazendo-se constar em notas explicativas o detalhamento de sua composição, os critérios de avaliação e a existência de estoques penhorados ou dados em garantia.

Despesas Antecipadas - são despesas pagas antecipadamente e ainda não incorridas, gerando o direito de reaver a quantia despendida se a despesa não se realizar conforme o contrato. São Despesas Antecipadas a assinatura de jornais e revistas pagos à vista, os prêmios de seguro pagos antecipadamente e as comissões pagas por benefícios ainda não usufruídos.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

É formado por contas de natureza idêntica às do Ativo Circulante, diferenciando-se somente no prazo de realização que é em período superior a doze meses, a partir da data de encerramento do Balanço, São contas desse grupo: Bancos - conta vinculada, Títulos a Receber, Empréstimos Compulsórios, etc.

Os empréstimos concedidos a coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, oriundos de negócios não usuais na exploração de objeto da companhia deverão ser classificados nesse grupo independentemente do prazo de realização dos mesmos.

ATIVO PERMANENTE

São as aplicações de recursos de caráter permanente. Este grupo compreende: Investimentos, Imobilizado e Diferido.

Investimentos - são aplicações permanentes que objetivam rendimentos e não fazem parte do objetivo social ou da exploração normal da empresa.

Imobilizado - são os bens destinados à manutenção da atividade da empresa. Podem ser tangíveis, como terrenos, máquinas, móveis, veículos, etc. É formado pelas seguintes contas:

Terrenos - são os terrenos realmente utilizados nas operações ou atividades da empresa.

Obras Preliminares e Complementares - são os melhoramentos e obras incorporados aos terrenos durante a obra.

Obras Civis - são as edificações utilizadas nas operações da empresa, tais como prédios, edifícios, depósitos, etc.

Instalações - são os equipamentos incorporados às edificações com o objetivo de auxiliar no processo produtivo.

Máquinas, Instrumentos e Equipamentos - são os instrumentos utilizados no processo produtivo.

Móveis e Utensílios - são bens com vida útil superior a um ano, tais como: mesas, cadeiras, arquivos, etc.

Veículos - são os meios de transporte motorizados ou não, utilizados no processo produtivo para locomover pessoas ou materiais.

Peças e Conjuntos de Reposição - são os itens destinados à reposição em máquinas e equipamentos nas manutenções ou em caso de quebra.

Marcas e Patentes Industriais - são os gastos incorridos no registro de marca, nome, invenções ou por uso de marcas e patentes.

Construções em Andamento - são obras em construção que são aqui registradas até o início da operação.

Adiantamento para Inversões Fixas - são adiantamentos a fornecedores para aquisição de bens do imobilizado.

Os itens que formam o imobilizado, em virtude de suas naturezas, sofrem desgaste em função do tempo, da ação da natureza ou obsolescência. Para registrar esses eventos utiliza-se contas retificadoras como: Depreciação Acumulada, para os bens de uso ou de operação; Amortização Acumulada, para os direitos de uso de marcas e patentes, etc; e Exaustão Acumulada, para os direitos adquiridos na exploração de reservas minerais ou florestais.

Diferido - são aplicações de recursos em despesas que incidirão em geração de receitas de mais de um exercício social, tais como: gastos de implantação, desenvolvimento de projetos, pesquisa e desenvolvimento de produtos, etc. De acordo com a Lei das S.A. esses gastos deverão ser amortizados num prazo máximo de dez anos, a contar do início da operação normal da empresa ou a partir do exercício em que tais benefícios começarem a ser usufruídos.

3.2.4.2. PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo

Passivo Circulante - este grupo é composto das obrigações que vencerão no exercício social seguinte. É formado pelas seguintes contas:

Fornecedores - efetua o registro das compras a prazo.

Empréstimos Bancários - registra os recursos obtidos em instituições financeiras.

Títulos a Pagar - são os recursos obtidos com pessoas físicas ou outras empresas.

ICMS a Recolher

IPI a Recolher

PIS a Recolher

IR a Pagar

Contribuição Social a Recolher - são contas que registram as obrigações da empresa com o governo.

Adiantamentos de Clientes - são os recursos recebidos antecipadamente, pela empresa, de clientes para pagamento de bens ou serviços que ainda não foram entregues.

Provisões - as provisões são originárias basicamente de despesas já incorridas que não foram ainda pagas, gerando assim uma obrigação para a empresa. Representam valores estimados a desembolsar, derivados de fatos contábeis já ocorridos. São exemplos de provisões: de férias, 13o. salário, gratificações, comissões, etc.

Passivo Exigível a Longo Prazo - são obrigações vencíveis em prazo superior a doze meses da data do Balaço. É formado por obrigações com prazo determinado, tais como: debêntures, financiamentos de longo prazo, título emitidos a longo prazo e obrigações com prazo indeterminado.

Em alguns casos, a legislação tributária permite que se postergue o pagamento do imposto de renda devido, correspondente ao lucro não realizado financeiramente, para exercícios futuros. Assim surge a conta Provisão para Imposto de Renda Diferido.

Resultado de Exercício Futuro - são as receitas recebidas pela empresa que só devem ser reconhecidas como resultados para a obtenção dessas receitas. É importante esclarecer que somente pertencem a esse grupo as receitas que não geram qualquer tipo de obrigação por parte da empresa.

Por exemplo, uma empresa possui um imóvel e resolve aluga-lo para outra empresa, recebendo antecipadamente o valor relativo ao aluguel. No contrato está claro que não haverá devolução do dinheiro pago antecipadamente, caso o locatário desista da locação. A empresa deverá registrar a operação em Resultados de Exercícios Futuros e deduzir das receitas o valor que porventura tenha gasto para alugar o imóvel, tais como: reforma, pintura, limpeza, etc.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - são as receitas próprias da empresa, representa a parcela pertencente aos sócios e acionistas. É formado pelas seguintes contas:

Capital Social - são os recursos injetados na empresa pelos sócios. O investimento inicial dos proprietários é denominado, contabilmente, Capital. Capital Social é uma expressão genérica do Capital, que pode assumir outras denominações, como:

Capital Autorizado - é o limite permitido no Estatuto Social da empresa para que o Conselho de Administração aumente o Capital Social sem necessidade de autorização da Assembléia Geral dos Acionistas. É importante para agilizar a empresa, deve ser atualizado anualmente e pode ter seu valor alterado pela Assembléia Geral dos Acionistas.

Capital Subscrito - são os recursos que os sócios ou acionistas se comprometem a investir na empresa para aumentar o seu capital social. É dividido em ações ou cotas proporcionalmente à participação de cada um.

Capital Realizado - é a parte do capital subscrito que já foi integralizada pelos sócios através de bens, direitos ou dinheiro. A parte que ainda não foi integralizada tem denominação de Capital a Realizar ou Capital a Integralizar.

A Lei das S.A., no seu artigo 182, estabelece que "a conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada."

Na verdade, tanto o Passivo quanto o Patrimônio Líquido são obrigações da empresa. No Passivo há as obrigações exigíveis com terceiros e, por isso, também é conhecido como Capital de Terceiros. No Patrimônio Líquido há as obrigações com os proprietários da empresa. Entretanto, os proprietários, por lei, não podem reclamar a restituição do seu dinheiro; por isso este grupo é conhecido como Não Exigível. Se o proprietário só terá o seu dinheiro de volta no encerramento da empresa ou quando de sua saída da empresa, pode-se dizer que, num processo de continuidade, os recursos do Patrimônio Líquido pertencem à empresa e, por essa razão, também é denominada Recursos Próprios.

Reservas de Capital - são reforços de capital cuja formação não é derivada da atividade operacional da empresa. É formada pelas seguintes contas:

Correção Monetária do Capital Realizado - registra o valor da correção monetária do capital até a sua capitalização ser deliberada em Assembléia. A conta Capital Social é a única conta do Patrimônio Líquido cuja correção monetária não é creditada à própria conta. Isto decorre de determinação legal que reza que o capital social de uma empresa somente pode ser aumentado após aprovação em Assembléia Geral dos Acionistas.

Ágio na Emissão de Ações - registra o valor das ações que a empresa pretende lançar, é a diferença caso o preço unitário seja superior ao valor nominal ou ao seu preço de emissão.

Alienação de Partes Beneficiárias - Partes Beneficiárias são títulos mobiliários criados por sociedades por ação (S.A.), negociáveis por terceiros ou doados a fundadores, acionistas ou terceiros como remuneração de serviços prestados, têm garantia na participação dos lucros da empresa e podem ser resgatados no final de sua duração. Esta conta registra a venda desses títulos a terceiros. Quando emitidos para distribuição de forma gratuita, não há contabilização, há somente o registro, em Nota Explicativa, da sua existência e dos seus direitos.

Alienação de Bônus de Subscrição - é o registro da venda de Bônus de Subscrição, que são títulos mobiliários que garantem direito de subscrição nos lançamentos de novas ações.

Prêmio na emissão de Debêntures - registra a diferença a maior entre o preço de emissão de debêntures e seu valor nominal.

Subvenções para Investimentos - são valores concedidos às empresas pelo governo como forma de incentivo ou ajuda a determinados setores econômicos ou a regiões carentes.

Reservas de Reavaliação - registra a contrapartida de aumento nos valores de bens do Ativo em virtude de novas avaliações efetuadas com base em laudo técnico firmado por peritos. Podem ser divididos em :

Reavaliação de Ativos Próprios - deve ter controle por bem reavaliado para registro das baixas quando ocorrerem.

Reavaliação de Ativos de Coligadas e Controladas Avaliadas ao Método de Equivalência Patrimonial - registra as contrapartidas da conta de investimentos por ocasião da reavaliação de bens em coligadas e controladas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, e também é chamada de Reavaliação Reflexa.

Reservas de Lucros - são as reservas cujas origens são lucros da companhia, retidos para atender determinados fins. Podem ser dos seguintes tipos:

Reserva Legal - é uma reserva obrigatória por lei, destinada a preservar a integridade do Capital Social. Equivale a 5% do lucro líquido do exercício e será constituída obrigatoriamente até que seu valor atinja 20% do Capital Social ou até que seu saldo somado às Reservas de Capital, exceto à Correção Monetária do capital Realizado, atinja 30% do capital Social.

Reservas Estatutárias - o Estatuto Social de um empresa pode estabelecer a destinação de uma parcela do lucro do exercício para a constituição de reserva para atender a uma finalidade específica. Constarão do estatuto, além da finalidade da reserva, os critérios para definição da parcela anual do lucro a ser utilizado e o seu limite máximo.

Reserva para Contingências - constituída para compensar, em exercícios futuros, redução do lucro em função de prováveis perdas, cujo valor se possa estimar. Assim evita-se que os lucros sejam distribuídos, e que depois a empresa tenha dificuldades em virtude de secas, pragas, enchentes ou outros problemas que possam afetar o seu funcionamento normal. Pode também ser constituída em empresas cujo produto seja sazonal ou de consumo cíclico, alternando grandes lucros com grandes prejuízos. Essa reserva deve ser revertida quando deixarem de existir os motivos que levaram à sua constituição ou quando ocorrer a perda prevista.

Reserva de Lucros a Realizar - são formada para evitar a distribuição de lucros não realizados financeiramente. O valor da reserva será a diferença positiva entre o valor de Lucros a Realizar e o somatório das demais reservas de lucros (Legal, Estatutária, para Contingência). São exemplos de lucros não realizáveis: lucros de vendas a prazo cujo recebimento se dará após o término do exercício, o saldo credor da correção monetária e resultado positivo de equivalência patrimonial.

Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos - é constituída para o caso de a empresa não ter condições financeiras de pagar dividendos obrigatórios, deixando para pagá-los assim que a situação melhorar.

Lucros ou Prejuízos Acumulados - registra os lucros acumulados de vários exercícios que não foram utilizados na constituição de reservas, nem distribuídos sob forma de dividendos e nem incorporados ao Capital. Pode apresentar saldo devedor, caso a empresa venha tendo prejuízos acumulados.

Ações em Tesouraria - registra as ações da empresa adquiridas pela própria sociedade, pelo valor de aquisição. É uma conta redutora do patrimônio, deduzida da conta de Capital ou reserva cujo saldo tenha sido usado na operação.

Adiantamentos para Aumento de Capital - registra recursos recebidos antecipadamente de sócios e acionistas, para um futuro aumento de capital. Quando for o aumento de capital, haverá a transferência dessa conta para a conta de Capital Social.

3.3. ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

1 - Receita Bruta de Vendas e Serviços

As receitas devem ser reconhecidas no momento do fornecimento dos bens ou da prestação do serviço ao compradores, sendo registrado pelo valor total (inclusive impostos).

2 - Deduções da Receita Bruta

Incluem-se neste item as vendas canceladas, os abatimentos e os impostos incidentes sobre vendas. Os abatimentos são os descontos concedidos pela empresa, após a entrega dos produtos, por causa de defeitos de qualidade ou defeitos causados pelo transporte do bem. Os descontos concedidos em função de pagamento antecipado ou promoção que a empresa venha a fornecer deverão ser registrados como despesa financeira. Os impostos incidentes sobre vendas são os que têm proporcionalidade com o preço do produto ou serviço, tais como: ISS, ICMS, imposto de Exportação, Imposto sobre vendas de varejo de combustíveis líquidos e gasosos, etc .

As contribuições do PIS, PASEP e Finsocial, apesar de não serem impostos, são classificados como impostos incidentes sobre venda, de acordo com o Fisco.

O IPI, imposto sobre produtos industrializados, de acordo com o Fisco, deve ser deduzido da Receita Bruta e não deve constar como Dedução da Receita Bruta. Já a Lei das S.A. considera o IPI um item de Dedução da Receita Bruta. Para que se possa atender às duas exigências apresenta-se da seguinte forma:

FATURAMENTO BRUTO

(-) IPI do FATURAMENTO BRUTO

= RECEITA BRUTA DAS VENDAS E SERVIÇOS

3 - Receita Líquida de Vendas e Serviços

É a diferença entre a Receita Bruta de Vendas e Serviços e as Deduções da Receita Bruta.

4 - Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

São valores baixados da conta de estoques relativos a produtos negociados pela empresa. Esses custos são computados no exercício em que forem conhecidas as receitas relativas à venda dos produtos e serviços, de acordo com o Princípio do Confronto das Despesas com as receitas e com os períodos contábeis.

São apurados da seguinte forma:

Estoque Inicial
(+) Compras do Período
(-) Estoque Final
(=) Custo dos Produtos Vendidos

Para empresas comerciais registram-se somente as compras de mercadorias para revenda. Para as empresas industriais deve-se apurar os custos dos produtos fabricados.

Quanto aos estoques, deve-se utilizar critérios de avaliação, como métodos de avaliação podemos citar: o método PEPS(primeiro que entra é o primeiro que sai), o UEPS(último que entra é o primeiro que sai) e a Média Ponderada.

5 - Lucro Bruto

Apresenta a diferença entre a Receita Líquida de Vendas e Serviços e o custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados.

6 - Despesas Operacionais

São as despesas pagas ou incorridas na venda dos produtos e na administração da empresa. São dos seguintes tipos:

a) De Vendas - são os gastos envolvidos na promoção, colocação e distribuição dos produtos, incluindo-se também os riscos das vendas dos produtos.

b) Administrativas - são os gastos e despesas envolvidos para dirigir a empresa, envolvendo várias atividades gerais que abrangem todas as áreas e fases da empresa. Tais como: salários e encargos da administração, despesas legais, etc.

c) Encargos Financeiros Líquidos - são as despesas e receitas financeiras e as variações monetárias de obrigações e créditos. São despesas financeiras os juros devidos pela empresa, no caso de empréstimos, financiamentos, etc. As receitas financeiras são descontos obtidos pela empresa, juros cobrados pela empresa de clientes em atraso, etc. Como variações monetárias temos as operações em moeda estrangeira que geram as variações cambiais, dentre outros.

d) Outras Despesas e Receitas Operacionais - são as despesas provenientes de atividades acessórias da empresa. Podemos citar algumas: lucros ou prejuízos provenientes dos investimentos em outras empresas e vendas esporádicas de sucatas ou sobras de estoques, desde que não se constituam da atividade normal da empresa.

7 - Lucro Operacional, antes da correção monetária

Apresenta a diferença entre o Lucro Bruto e as Despesas Operacionais.

8 - Correção Monetária

Apresenta o resultado da correção monetária dos componentes do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido.

9 - Lucro Operacional, após a correção monetária

Representa a soma(ou dedução) do lucro operacional à Correção Monetária.

10 - Resultados Não-Operacionais

Englobam as perdas em virtude de baixa de bem no Ativo Permanente, por causa de venda, baixa por perecimento, extinção, desgaste, etc. Como exemplos temos os ganhos ou perdas na alienação de investimentos ou de bens imóveis.

11 - Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social e das Participações

É a dedução(ou redução) do lucro operacional aos resultados não-operacionais.

12 - Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

Representa a provisão do imposto de renda e da contribuição social, pois os valores a serem pagos só serão conhecidos quando for elaborada a Declaração de Rendimentos.

13 - Participações e Contribuições

São as participações nos lucros atribuídos a terceiros, desde que não relativas a investimentos dos acionistas. Como exemplo temos as participações de debêntures, empregados, partes beneficiárias, contribuições para fundos de previdência privada, etc.

Aplica-se o percentual estabelecido sobre o lucro líquido depois do imposto de renda, deduzido do saldo da conta de prejuízos acumulados(se existir) para se obter o valor das participações.

14 - Lucro(ou Prejuízo) do Exercício

Apresenta o resultado da empresa, após todas as deduções. Esse valor pode ser distribuído aos acionistas, após serem feitas a constituição de reservas.

15 - Lucro por Ação

É o valor do lucro líquido(ou prejuízo) por ação do capital social. É de grande valia para uma melhor avaliação dos resultados da empresa e para que os investidores possam ter mais um bom instrumento de avaliação dos resultados apurados pela empresa.

3.4. ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

É uma peça complementar das informações contidas no Balanço e na Demonstração de Resultado do Exercício. Apresenta, em colunas verticais, todas as contas do Patrimônio Líquido e as transações ocorridas. Temos a descrição do evento ocorrido e o total, que é a soma das transações e deve obviamente coincidir com os resultados apresentados no Balanço.

3.5. ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Se apresenta com os seguintes títulos:

1 - Origens dos Recursos

Apresenta a discriminação das origens, por natureza, e apura o valor dos recursos obtidos no exercício. Se divide nos seguintes itens:

a) **Das Operações** - Provenientes da operação da empresa e representa a diferença entre as despesas que alteram o Capital Circulante Líquido. É apurado a partir do lucro líquido do exercício, excluindo-se as receitas e as despesas que não geram origem nem aplicação de recursos.

Na hipótese de prejuízo no exercício e se o valor apurado após os ajustes continuar negativo, deverá ser registrado no grupo de aplicações. O mesmo processo deve ser feito no caso da empresa apresentar lucro mas após exclusão de despesas e receitas que não afetem o Capital Circulante Líquido, o valor se tornar negativo.

b) Dos Acionistas - Provenientes de aumento de Capital com integralização em dinheiro e as contribuições para reservas de capital como : ágio na emissão de ações, recursos oriundos de vendas de partes beneficiarias e de bônus de subscrição.

c) De Terceiros - são agrupados da seguintes forma :

c.1.) Aumento no Passivo Exigível a Longo Prazo - aumento ocorrido pela obtenção de empréstimos pagáveis a longo prazo, tal valor deve figurar como origem(aumenta o Ativo Circulante sem alterar o Passivo Circulante)

As variações monetárias relativas aos empréstimos citados não afetam o capital Circulante, não devem portanto ser consideradas como origens de recursos.

c.2.) Redução do Realizável a Longo Prazo - ocorrida em função da transferência de valores do Realizável a Longo Prazo para o Ativo Circulante. podem representar o resgate, recebimento ou venda de um item do Realizável a Longo Prazo. Resumidamente, são direitos a receber a longo prazo que se transformam em direitos de curto prazo no decorrer do tempo.

A redução pela constituição de provisão para perdas não altera o Capital Circulante Líquido, não devendo constar como origem de recursos e sim como ajuste no lucro líquido de exercício.

c.3.) Alienação de Investimentos e Direitos do Ativo Permanente - são os recursos da venda a terceiros de itens do ativo permanente.

2.) Aplicações de Recursos - são as deduções do Capital Circulante Líquido, tais como: os pagamentos de empréstimos a longo prazo ou a transferência para o Passivo Circulante; o pagamento de dividendos aos acionistas da empresa; a obtenção de direitos a realizar-se no longo prazo; e os investimentos efetuados no Ativo Permanente através da aquisição dos bens do imobilizado ou aquisições de investimentos permanentes em outras empresas.

3.) Aumento ou Redução no Capital Circulante Líquido - são os excessos ou insuficiências nas origens dos recursos em relação às aplicações, que representam o aumento ou a redução do Capital Circulante Líquido.

4.) Saldo Inicial e Final do Capital Circulante Líquido e Variação - evidencia o valor do Capital Circulante líquido e sua variação no período, pois destaca os valores do Ativo Circulante e do Passivo Circulante.

Existem também algumas origens e aplicações de recursos que apesar de não afetarem o Capital Circulante Líquido, aparecem na Demonstração, tais como:

a) Integralização de capital em bens do Ativo Permanente;

b) Vendas de bens do Ativo Permanente com recebimento a longo prazo;

c) Aquisição de bens do Ativo permanente com recursos de terceiros com pagamento a longo prazo.

4. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1. Conceito

Analisar demonstrações contábeis consiste em transformar os dados dispostos nas demonstrações contábeis em informações importantes para a administração da empresa, para que se entenda de forma mais clara a situação econômica, financeira, patrimonial e os resultados da empresa.

4.2. Objetivos e Usuários da Análise Contábil

A análise contábil deve atender, da melhor forma possível, os seus usuários para que estes possam ter mais ferramentas nas suas decisões. Dentre alguns usuários e seus objetivos, temos:

- **Os acionistas** - para que possam observar o retorno obtido pelo capital investido.
- **Os proprietários** - para que conheçam a evolução, o desenvolvimento e a eficiência da empresa, através das informações oferecidas pela análise.
- **Os financiadores** - as instituições financeiras de uma forma geral precisam de informações sobre a situação econômica e financeira da empresa para que possam avaliar a capacidade de endividamento e de pagamento da empresa.
- **O governo** - que pode, em virtude da situação apresentada pela empresa, fornecer incentivos ou conceder benefícios à empresa.

4.3. Elementos Básicos

A análise das demonstrações contábeis deve conter, ou cumprir, alguns itens que são necessários para que elas possam fornecer a seus usuários as informações mais fiéis e realistas sobre a empresa. A seguir temos alguns elementos básicos que a análise deve conter:

- É primordial que o analista conheça profundamente os princípios contábeis e as convenções que devem ser obedecidos na elaboração das demonstrações.

- A análise é mais fiel quanto mais fiéis forem as demonstrações contábeis. Por isso essas peças contábeis devem seguir rigorosamente as normas e os critérios aceitos pela contabilidade.

- A interpretação correta da análise é muito importante para o sucesso e para o aproveitamento das informações nela contidas.

- O conhecimento da atividade principal da empresa, suas relações no mercado e suas metas são de grande importância.

4.4. Processos de Análise

São várias as técnicas de análise utilizadas na consecução dos seus objetivos, decompondo as demonstrações contábeis, interpretando e comparando-as entre si e com o conjunto todo. A seguir temos alguns processos de análise:

- Decomposição dos Fenômenos Patrimoniais em Seus Elementos Mais Simples e Irredutíveis.

Neste processo os elementos patrimoniais são analisados nas suas formas mais simples e reduzidas, fornecendo informações detalhadas ao analista. Pode-se aqui conferir se os eventos contábeis estão classificados nos grupos e contas corretas.

- Determinação do Percentual de Participação de Cada Conta ou Grupo de Contas no Total do Ativo ou Passivo.

Este tipo de análise demonstra como os valores são distribuídos no patrimônio, indica se há excesso de imobilização, alto grau de endividamento, etc. É denominado de Análise Vertical. E pode ser determinado pelo percentual de cada conta ou grupo de contas em relação ao total do Ativo ou Passivo, da seguinte forma:

$$\frac{\text{CONTA(OU GRUPO DE CONTAS)} \times 100}{\text{ATIVO(OU PASSIVO)}}$$

Pode-se efetuar o cálculo também relacionando-se cada conta com o total do grupo ao qual pertence, da seguinte forma:

$$\frac{\text{CONTA} \times 100}{\text{TOTAL DO GRUPO}}$$

Com a mesma interpretação podemos analisar a Demonstração de Resultado do Exercício, comparando cada item do demonstrativo com o total da Receita Líquida, da seguinte forma:

CONTA X 100

RECEITA LÍQUIDA

Na análise deste processo é importante o conhecimento do ramo de atividade da empresa. Para que não se deturpe a informação, uma vez que uma empresa industrial requer valores expressivos nas contas de imobilizado, o que não se aplica a outros tipos de empresa comerciais.

A análise vertical estuda as mudanças ocorridas no transcorrer do tempo na composição do patrimônio, comparando demonstrações de diferentes séries históricas e analisando as alterações havidas. Podendo-se assim observar as mudanças na política e nas estratégias das empresas. Essa análise indica também como são feitos os investimentos por parte da empresa e de onde são oriundos.

Na prática a análise vertical não é afetada pelos efeitos da inflação, uma vez que relaciona valores que estão em moeda de mesmo poder aquisitivo, ou seja em valor de moeda da mesma data. No entanto, há algumas distorções ocasionadas pela ausência de correção monetária dos Estoques ou por uma possível inadequação das taxas de correção monetária do Ativo Permanente, o que na verdade não seria um erro da análise, e sim dos procedimentos usados na elaboração da demonstração.

- Comparação Entre os Componentes do Conjunto Patrimonial ou do Resultado Econômico em Sucessivos Períodos.

Essa forma de análise baseia-se em determinar o crescimento ocorrido nos itens das demonstrações contábeis através dos períodos, para caracterizar tendências. É denominada Análise Horizontal e é fundamentada na comparação de um determinado ano com o correspondente do ano tomado como base. O cálculo pode ser efetuado da seguinte forma:

$$\frac{\text{VALOR ATUAL DO ITEM X 100}}{\text{VALOR DO ITEM NO ANO-BASE}}$$

Deve-se considerar 100 como índice do ano base. E deve ser analisada de forma conjunta com a análise vertical.

- Comparação Entre Componentes do Conjunto Patrimonial ou do Resultado Econômico

É denominado análise de índices e baseia-se no estabelecimento de relação entre os componentes do patrimônio através da divisão de um item por outro.

Esta análise é apresentada sob a forma de índices e pode revelar ao analista os aspectos econômicos e financeiros da empresa, podendo serem avaliados e comparados com índices de outras empresas ou de períodos anteriores da mesma empresa.

Os principais índices são:

A) Índice de Liquidez

Reflete os resultados da empresa através da relação do Lucro em itens da estrutura de capital ou do sistema de resultados . Demonstra quanto o Lucro representou em comparação ao Patrimônio Líquido, às vendas, etc.

Como exemplo, temos a Margem Líquida que é definida da seguinte forma:

$$\frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{VENDAS}}$$

D) Comparação Entre Componentes de Diferentes Conjuntos para Determinação de Padrões.

Reflete a mediana dos índices apurados nas empresas selecionadas para representarem determinado ramo de atividade, sendo a mediana o valor que, em um conjunto de elementos colocados em ordem crescente, está exatamente no meio. É muito importante para comparar o desempenho da empresa em relação a outra empresa do mesmo ramo ou setor.

Os índices padrões, além de importantes, revelam o desempenho ideal da empresa, de acordo com os detalhes inerentes à sua atividade.

E) Análise Global

É a parte final da análise e depende da experiência, do conhecimento e da capacidade do analista em interpretar os fatos que não estão visíveis nas demonstrações. É uma análise conjunta das informações oriundas do processo de análise citados, objetivando a emissão de parecer final.

5. CONCLUSÃO

As empresas necessitam de informações de diversos tipos que sirvam de suporte para a tomada de decisões racionais. Entre essas informações, assumem particular relevância as de caráter contábil, sintetizadas nas Demonstrações Contábeis.

As informações dizem respeito a diversos aspectos: à solidez da empresa, posição no mercado, capacidade de gerar lucros, e assim por diante. Estas informações são solicitadas pelos mais diversos organismos e por um grande número de indivíduos que mantêm relações com a empresa: clientes, fornecedores, bancos e trabalhadores. Todos necessitam de informações para poder formular juízos e decisões de modo mais racional.

Tende-se a compreender que para receber informações contábeis suficientemente confiáveis, é necessário solicitá-las de forma adequada, pois para que estas sejam verificáveis, e portanto úteis, necessitam atender a "princípios" que predispõem em levantamento contábil correto quanto à forma, conteúdo e homogeneidade de apresentação, fatores estes muito importantes para garantir uma linguagem uniforme ao longo do tempo e no espaço.

Em suma, a contabilidade para cumprir fielmente o seu papel informativo, voltada para a tomada de decisões terá que se utilizar de conceitos e normas destinadas a fazer das demonstrações contábeis o reflexo exato da realidade da empresa. Esse reflexo servirá de base para a análise contábil, de acordo com os variados interesses dos usuários, que traduzirão a situação real da empresa sob vários aspectos.

BIBLIOGRAFIA

1. Equipe de Professores da FEA da USP - Contabilidade Introdutória . 7a. Edição. São Paulo, Editora Atlas, 1990.
2. Franco, Hilário - Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços. 14o. Edição, São Paulo, Editora Atlas, 1980.
3. Gelbcke, Ernesto R; Iudícibus, Sérgio de; Martins, Eliseu - Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 3a. Edição, São Paulo, Editora Atlas, 1990.
4. Iudícibus, Sérgio de - Análise de Balanços. 4a. Edição, São Paulo, Editora Atlas, 1982.
5. Sá, A. Lopes de; Sá, A. M. Lopes de - Análise de Balanços e Demonstrações Contábeis. São Paulo, Editora Atlas.
6. Matarazzo, Dante C. - Análise Financeira de Balanço. 2a. Edição, São Paulo, Editora Atlas, 1992.